

ÍNDICE GERAL

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	26
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	29
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	99
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	119
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	128

▪ CÓDIGO CIVIL

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	168
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	171
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	181
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL.....	287

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	316
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	324
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	400

▪ CÓDIGO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	434
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941	438
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	440
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL.....	477

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	498
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	502
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	503
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	557

▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	582
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.....	585
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	605

▪ CÓDIGO PENAL MILITAR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	612
CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	615
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	644

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	650
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	654
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	699

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	704
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	705
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	718

▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	724
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	725
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	764

▪ CÓDIGO FLORESTAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	772
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	773
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	787

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	792
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	796
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	827
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	839
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	853
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	860
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	866
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	874
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	879
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013	884
ESTATUTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS – LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	889
ESTATUTO DA METRÓPOLE – LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015	891
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	894
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016	904

ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016	907
ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	922
▪ LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	
DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS	
DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM	930
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	932
DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE JUSTIÇA RELATIVOS ÀS VÍTIMAS DA CRIMINALIDADE E DE ABUSO DE PODER	970
DECLARAÇÃO DE PEQUIM ADOTADA PELA QUARTA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES: AÇÃO PARA IGUALDADE, DESENVOLVIMENTO E PAZ (1995)	1015
DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO E A RESPONSABILIDADE DOS INDIVÍDUOS, GRUPOS OU ÓRGÃOS DA SOCIEDADE DE PROMOVER E PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS UNIVERSALMENTE RECONHECIDOS (DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS)	1020
CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	
CONVENÇÃO PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO (1948) - DECRETO Nº 30.822, DE 6 DE MAIO DE 1952	934
CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS E DO LENOCÍNIO- DECRETO Nº 46.981, DE 8 DE OUTUBRO DE 1959	943
CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS - DECRETO Nº 50.215, DE 28 DE JANEIRO DE 1961	946
PROTOCOLO SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS - DECRETO Nº 70.946, DE 7 DE AGOSTO DE 1972	951
CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS - DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965	953
CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES CONSULARES - DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	957
CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL - DECRETO Nº 65.810, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1969	965
CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA - DECRETO Nº 98.386, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1989	972
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA - DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990	974
CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA - DECRETO Nº 40, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991	981
CONVENÇÃO CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - DECRETO Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 1991	986
CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996	1017
CONVENÇÃO PARA PREVENIR E PUNIR OS ATOS DE TERRORISMO CONFIGURADOS EM DELITOS CONTRA AS PESSOAS E A EXTORSÃO CONEXA, QUANDO TIVEREM ELES TRANSCENDÊNCIA INTERNACIONAL - DECRETO Nº 3.018, DE 6 DE ABRIL DE 1999	1023
CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER - DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002	1028
CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO – DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002	1055

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL - DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004.....	1059
CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O TERRORISMO - DECRETO Nº 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.....	1073
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO - DECRETO Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006	1076
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO - DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.....	1095
CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA - DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022	1114
CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO - DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023	1123
PACTOS INTERNACIONAIS	
PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC - 1966) - DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992.....	996
PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP - 1966) - DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992	1000
PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA - DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992.....	1006
PROTOCOLOS INTERNACIONAIS	
PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER - DECRETO Nº 4.316, DE 30 DE JULHO DE 2002	1025
PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS - DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004	1069
PROTOCOLO CONTRA A FABRICAÇÃO E O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS DE FOGO, SUAS PEÇAS, COMPONENTES E MUNIÇÕES - DECRETO Nº 5.941, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006	1091
TRATADO	
TRATADO SOBRE O COMÉRCIO DE ARMAS - DECRETO Nº 11.173, DE 15 DE AGOSTO DE 2022	1118
NORMAS CORRELATAS	
REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DOS RECLUSOS.....	936
CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI.....	969
ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL - DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002	1032
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - PNDH-3 - DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009	1105
CONSTITUIÇÃO DA OIT - DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019	1106
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	1133

▪ **SÚMULAS**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1525
SÚMULAS VINCULANTES.....	1525
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1528
SÚMULAS	1528
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1541
SÚMULAS	1541
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	1556
SÚMULAS	1556
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1557
SÚMULAS	1557

▪ **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)**

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)	1561
--	------

▪ **REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL (EXCERTOS)**

REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO (EXCERTOS)	1562
---	------

▪ **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	1566
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	1572
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	1578
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	1585

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Normas Organizadas Cronologicamente

▪ DECRETOS

DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	1134
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	1165
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001.....	1320
<i>Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004	1323
<i>Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	1388
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016	1389
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
DECRETO Nº 9.277, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018.....	1414
<i>Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.</i>	
DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE AGOSTO DE 2018	1430
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	1437
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 (EXCERTOS)	1441
<i>Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.</i>	
DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023	1483
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.</i>	
DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023	1493
<i>Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.</i>	
DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	1506
<i>Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.</i>	

DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	1507
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.</i>	
DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026.....	1507
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.</i>	
DECRETO Nº 12.976, DE 20 DE MAIO DE 2026.....	1519
<i>Estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.</i>	
▪ DECRETOS-LEI	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1134
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	1137
<i>Lei das Contravenções Penais</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	1152
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1163
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
▪ LEIS	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	1140
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	1140
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	1145
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	1146
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	1146
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	1147
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	1147
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (EXCERTOS)	1149
<i>Institui o Código Eleitoral.</i>	
LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968	1165
<i>Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.</i>	
LEI Nº 5.970, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	1170
<i>Exclui da aplicação do disposto nos artigos 6º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidente de trânsito, e, dá outras providências.</i>	

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 (EXCERTOS)	1170
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	1171
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1174
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	1178
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.....	1191
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986.....	1192
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	1193
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	1194
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1195
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	1197
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	1201
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.....	1203
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1204
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.....	1220
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	1221
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.....	1221
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei 14.230/2021)</i>	
LEI Nº 8.653, DE 10 DE MAIO DE 1993	1227
<i>Dispõe sobre o transporte de presos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	1227
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	1227
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	1232
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	1232
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1239
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996	1243
<i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996	1244
<i>Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996	1245
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	1257
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997	1258
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	1260
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997.....	1260
<i>Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1262
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	1262
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1279
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	1280
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1285
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1287
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	1294
<i>Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	1298
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1300
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1301
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	1304
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.....	1306
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1308
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	1309
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	1310
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999	1311
<i>Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	1312
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000	1317
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.....	1319
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.357, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001	1321
<i>Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002	1322
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1324
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	1328
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	

LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	1329
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1334
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	1335
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	1340
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1348
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007	1348
<i>Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei 10.277, de 10 de setembro de 2001.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1351
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	1353
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1354
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1356
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1360
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	1361
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	1362
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	1362
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	1364
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	1368
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014.....	1370
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	1371
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	1379
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	1380
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	1386
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016	1387
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1387
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	1388
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	1397
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017	1399
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	1400
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	

LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1407
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	1414
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	
LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018	1415
<i>Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1422
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)</i>	
LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	1435
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	1436
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1439
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	1448
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	1449
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1449
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	
LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021	1476
<i>Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021	1477
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022	1477
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023	1480
<i>Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.</i>	
LEI Nº 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023	1481
<i>Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS)	1481
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	
LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023	1495
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024	1499
<i>Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 15.358, DE 24 DE MARÇO DE 2026	1513
<i>Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral); 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e 14.790, de 29 de dezembro de 2023.</i>	
LEI Nº 15.409, DE 20 DE MAIO DE 2026	1521
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM).</i>	
▪ LEIS COMPLEMENTARES	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	1197
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	1317
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
▪ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 59, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008	1350
<i>Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015	1382
<i>Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.</i>	
RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	1409
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo Ministério Público.</i>	
RESOLUÇÃO TSE Nº 23.640, DE 29 DE ABRIL DE 2021	1476
<i>Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais.</i>	